

Comunicação, Consumo e Cidadania: o espaço urbano e midiático em disputa pela (re)construção da cidade¹

Adriana Lima de OLIVEIRA²
Gisela G. S. CASTRO³
ESPM, São Paulo, SP

RESUMO

A proposta deste artigo articula estudos de comunicação, consumo e cidadania para refletir sobre os modos de vida na cidade, a partir do esquadramento da cobertura midiática da tragédia do Rio Grande do Sul. No cenário em que as atividades relativas ao poder público têm gerado grandes disputas e numerosas críticas, a questão norteadora diz respeito aos sentidos que emergem dos formatos midiáticos sobre a reconstrução da cidade, tendo como pano de fundo a tragédia climática.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação, cidade, espaço urbano, ação cidadã, Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul viveu a maior tragédia climática da história⁴ neste ano. Em pouco mais de uma semana, mais de 400 municípios gaúchos tiveram bairros inteiros engolidos pela chuva. O saldo deixou pelo menos 178 mortos e afetou mais de 2 milhões de pessoas. Segundo a Defesa Civil⁵, o número de pessoas desabrigadas chega a 76 mil. Bairros inteiros e a quase totalidade de municípios ficaram debaixo d'água e terão que ser reconstruídos, exigindo, em muitas situações, o reassentamento. Visando contribuir para o engajamento crítico e a ação cidadã transformadora do/no território urbano, propomos uma discussão sobre as formas de leitura do projeto de reconstrução

¹ Trabalho apresentado no GP 24 Políticas e Estratégias de Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM, São Paulo). Pesquisadora do Conex.lab e membro do Comitê ESPM de Direitos Humanos, e-mail: publicidade.dri@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), com pós-doutorado em Sociologia (Goldsmiths, University of London). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Consumo (ESPM, São Paulo). Coordenadora do Conex.lab e do Comitê ESPM de Direitos Humanos, e-mail: castro.gisela@gmail.com.

⁴ A cronologia da tragédia tem início em 29 de abril de 2024 com o primeiro alerta vermelho e se arrasta, aproximadamente, até o dia 10 de maio, quando há uma perspectiva de arrefecimento das chuvas. Mais informações em G1, disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/12/a-cronologia-da-tragedia-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em 26.jun.2024.

⁵ Defesa Civil. Mais informações em: <https://defesacivil.rs.gov.br/governo-disponibiliza-plataforma-com-dados-sobre-abrigos-temporarios>. Acesso em: 26.jun.2024.

das cidades afetadas pela tragédia que acometeu o Rio Grande do Sul, idealizada pelo poder público e demais agentes cujas propostas são postas em circulação na mídia.

Nossa discussão articula estudos de comunicação, consumo e cidadania para refletir sobre os modos de vida na cidade, a partir do esquadramento da cobertura midiática da tragédia no sul do país. Focalizamos as disputas discursivas em torno das atividades relativas ao poder público e que permearam os veículos de mídia brasileiros neste período. Neste cenário, a questão que norteia este texto diz respeito aos sentidos que emergem dos formatos midiáticos sobre a reconstrução da cidade, tendo como pano de fundo a crise climática.

Temas como racismo ambiental, gentrificação e negacionismo climático foram pautas que circularam em diferentes canais de comunicação e mobilizaram a opinião pública. O desafio da reconstrução do estado é imenso e a questão premente é saber se esta reconstrução irá ocorrer em novas bases do ponto de vista socioambiental. Chegamos a um ponto em que o termo “refugiado climático” emerge no ambiente midiático. Embora não seja reconhecida oficialmente pelo direito internacional, a expressão se refere às populações forçadas a se deslocar devido a eventos climáticos extremos, sejam eles de início lento ou súbito. Cohen (2020) destaca, com propriedade, que a “miséria econômica” e a “miséria ambiental” são inseparáveis. Estamos falando de um modelo econômico neoliberal que perpetua a desigualdade social e a degradação ambiental. Conforme Krenak (2019), se antes os povos indígenas, caiçatas e quilombolas eram ameaçados pela ruptura ou a extinção dos sentidos de suas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de um desastre. Desse modo, o capitalismo converte-se em tema e problema (Beck et al., 2012) que deve ser debatido em diálogos amplos com grupos movimentos sociais, em constante renovação, que tomam parte nas lutas cidadãs. É fundamental que possamos estabelecer formas de viver em um ambiente em que se entende a crise climática não apenas como um problema ambiental, mas também como uma questão de justiça social. Acreditamos ser esta uma discussão fértil para tratarmos das formas idealizadas de futuro sustentável para a vida urbana, bem como das implicações ideológicas da política e da economia de mercado.

Procedimentos Metodológicos e Discussão Preliminar

Objetivamos, portanto, identificar as estratégias comunicacionais envolvidas na produção, distribuição, consumo e acesso às informações de caráter público,

promovidas pelos canais institucionais, no período mais crítico da tragédia no Rio Grande do Sul – entre os dias 27 de abril e 10 de maio – e no pós-tragédia – entre os dias 11 e 21 de maio. A coleta de dados será feita por meio do canal Agência Brasil, vinculada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e, de forma complementar, no canal de notícias Google.br, acessado de forma anônima. As notícias serão classificadas por relevância e contará com a observação e análise da primeira página de cada portal. Pretendemos, por meio de uma análise crítica comunicacional, refletir sobre os sentidos discursivos que operam buscando influenciar atitudes e comportamentos do sujeito/consumidor/cidadão.

Um fator especialmente preocupante nesse contexto é a desinformação. Mesmo diante do estado de calamidade pública, reportagens investigativas e iniciativas de checagem de fatos têm apontado para a ampla circulação de conteúdos desinformativos. Tais conteúdos atrapalham trabalhos de assistência à população atingida pelas enchentes e são utilizados por personalidades que buscam lucrar com a tragédia, obter engajamento ou apoio político. Chamam a atenção as ações de alguns grupos de mídia, personalidades e influenciadores nas redes sociais que disseminam desinformação e negacionismo climático. As principais narrativas são de ataque ao atual governo que estaria “impedindo que doações cheguem às vítimas”, conforma se apregoa. Outras apelam para a religião, alegando que a chuva seria “um castigo de Deus”. Não faltam teorias conspiracionistas, como as que apelam para a ideia de que a tragédia teria sido “planejada por globalistas” (NetLab, 2024). São muitos os desafios das lideranças governamentais em oferecer respostas ágeis para os envolvidos nesta tragédia. As atividades relativas ao poder público têm gerado disputas e numerosas críticas. As principais reclamações denunciam o favorecimento aos interesses do mercado. Neste caso, estamos tratando dos complexos interesses políticos e econômicos envolvidos. Cabe indagar sobre a origem dos capitais que investem nos esforços da reconstrução, tais como as empreiteiras e conjuntos de fornecedores com capacidade de ofertar e inserir seus produtos e serviços neste circuito (Rolnik, 2024). Em geral, são atores com poder de participar dos processos decisórios. A comunidade afetada é, em grande medida, a última a ter lugar de fala e decisão nesses processos, especialmente nas situações de recuperação pós-desastre. Não é de se estranhar, pois, que netas circunstâncias estejam totalmente focadas nos desafios de sua sobrevivência imediata. Rolnik (2024) denomina como “morte anunciada” a reconstrução das cidades azeitadas

na produção de “reassentamento”. Para a estudiosa, trata-se dos mesmos mecanismos que produziram as cidades do século XX sob um modelo que justamente promoveu o desastre. Sabemos que o debate público democrático requer uma distribuição equitativa de poder entre participantes diversos (Carpentier, 2012). Isto é principalmente válido quando se trata de tomar decisões em conjunto. A realidade é que a participação nas decisões de ordem pública tende a operar em diferentes graus de possibilidade. Constitui um posicionamento político em favor da democracia, como também impõe um letramento midiático e informacional como condição para uma participação cidadã nas decisões da cidade. No exame das disputas discursivas envolvendo temas multifacetados, como é o caso dos “refugiados climáticos”, tomamos o processo comunicativo como campo modelar para compreender o contexto da tragédia climática e sua inserção em uma estrutura sócio-histórica particular. Examinar a atuação de seus diversos interlocutores e as mediações que articulam formas simbólicas e dinâmicas de produção de sentido (França; Simões, 2016) permite entrever disputas pela produção, ocupação e distribuição do espaço urbano. Tais disputas integram o complexo sistema de produção capitalista do espaço, conforme ensina Harvey (2012), sendo o território midiático imbricado ao arquitetônico e urbanístico. Pensar a participação pública no território urbano pressupõe conceber o direito à cidade como direito humano.

REFERÊNCIAS

- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Edunesp, 2012.
- COHEN, D. A. Um Green New Deal para a moradia. **Jacobina**.16.abr.2020.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do estado**. São Paulo: Annablume, 2022.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- NETLAB. Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático. **Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais**, UFRJ, 2024.
- ROLNIK, R. Os desafios da reconstrução das cidades no Rio Grande do Sul. Instituto Humanitas Unisinos - **IHU on-line**. 24.mai.2024.